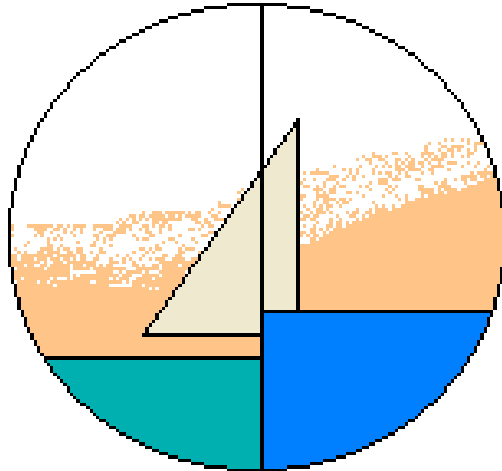


Ministério da Integração Nacional - Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica – MI/SIH

**Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia – Superintendência
de Recursos Hídricos do Estado de Sergipe – SEPLANTEC/SRH/SE**

Secretaria de Recursos Hídricos do Estado de Alagoas – SRH/AL



W O R K S H O P

PROPOSTAS PARA NORTEAR A ELABORAÇÃO DO PLANO DE REVITALIZAÇÃO DO BAIXO SÃO FRANCISCO

02 a 05 de Abril de 2002
HOTEL PARQUE XINGÓ

Canindé do São Francisco - SE

OFICINA DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE REVITALIZAÇÃO DO BAIXO SÃO FRANCISCO

Canindé de São Francisco - Sergipe
3, 4 e 5 de Abril de 2002

RELATO DOS TRABALHOS

TRABALHOS INICIAIS

A oficina foi aberta pela representante da SIH/MI, Juliana Roscoe, que contextualizou a trajetória do processo e justificou os seus objetivos. Em seguida, o moderador Francisco Carlos Bezerra e Silva, introduziu a metodologia através da apresentação da seqüência de discussão proposta, da técnica de visualização e aplicou técnica de acolhimento mútuo entre os participantes.

O passo seguinte foi em busca do nivelamento das expectativas dos participantes, tanto em relação aos trabalhos da oficina quanto do próprio conceito de revitalização.

1. PARTICIPANTES E SUAS EXPECTATIVAS

<i>PARTICIPANTE</i>	<i>O QUE ESPERA DA OFICINA</i>
Alexander Sá - CHESF	A síntese dos aspectos vitais da revitalização
Arno - UFAL/Instituto Xingó	Definição dos problemas prioritários com solução factível
Ricardo Furtado - CHESF/Depto de Meio Ambiente	Um sumário executivo do plano de revitalização
Afrânio Menezes - IMA/AL	Contribuir para elaboração de programa de revitalização do São Francisco
Paulo Lima Lopes - UFAL/Proágua AL	Medidas compensatórias para revitalização
Ana Catarina Lopes - UEGP/Proágua/SERHI/AL	Clarear os objetivos reais do que o governo quer com a revitalização do São Francisco
Fátima Acioly - ASPLA-CASAL	Propostas concretas para aproveitamento e preservação do Rio São Francisco
José Luiz de Sousa - ANA	Integração de objetivos e revitalização de ações vitais do Rio São Francisco
Leila - Diocese de Penedo	Contribuir da melhor maneira
Aloisio - SEPLAN/AL	Objetividade das ações propostas
Pedro Lúcio - FETAG	Que as ilhas e a terras de margem sejam transformadas em áreas ambientais

Antônio Gomes dos Santos - Toinho Pescador	Maior clareza para o problema
Rômulo Ebrahim - Sec. Agricultura, Abastecimento e Pesca - Dir. de Pesca	Definição de diretrizes básicas
Leslye - SIH/MI	Consenso
Carlos Herminio - SRH/SE	Oficina - base para construir um plano inovador e participativo
Eduardo Matos - Ministério Público de Sergipe	As instituições e ONGs possam integrar ações em favor do rio São Francisco
Eduardo Normande - Comissão AL-SERHI/Proágua	Que os resultados sejam realmente considerados
Luís Carlos da Silveira Fontes - UFS e Fórum em Defesa do São Francisco	Definição de prioridades para revitalização
Maria Augusta M. Vargas - UFS/NESA/PRODEMA	Definição de estratégias
José Roberto - Instituto ECO-Engenho	Consequência
Marly Menezes - ADEMA-SE - Administração Estadual do Meio Ambiente	Elaborar plano e definição de estratégias/ efetivar sua execução
Góis - Sindicato dos Trabalhadores da Água e Esgoto de Sergipe	Contribuir para elaboração de um plano de ações efetivas visando a revitalização do rio e sua bacia
Alexandre Beluco - IPH-UFRGS	Conhecer as necessidades da região
Antônio D. Benetti - IPH-UFRGS	Conhecer os problemas do baixo São Francisco
Mozart Bezerra da Nóbrega - CODEVASF	Conseguirmos os parâmetros para a elaboração do plano
Luiz Bezerra - CODEVASF	Fornecer subsídios para deslanchar a revitalização do São Francisco
Cláudio Soares - COHIDRO	Consenso das ações de intervenção no Velho Chico
Carlos Alberto - Irrigantes	Adquirir conhecimentos na revitalização
Ashton - Canoa de Tolda	Entender a revitalização/envolvimento
Paulo Araújo - CREA/UNIT	Entender o que é revitalização para o São Francisco
José Avelar - Rep. a Prefeita de Canindé	Ação concreta e eficaz com comprometimento de todos
Adolfo - INCRA/FAO	Conhecer proposta metodológica e institucional em desenvolvimento sustentável
Larissa - SEBRAE	Conhecer propostas para revitalização do Rio São Francisco
Juliana - SIH/MI	Diretrizes claras, consensuadas intersetorialmente para o plano de revitalização

Marcionílio Rocha - 4ª SR CODEVASF

Revitalização é a reformulação municipal em prol do saneamento básico, tratamento de esgoto, sem esquecer o reflorestamento

QUAIS SÃO AS PRIORIDADES NA REVITALIZAÇÃO ?

- Ocupação e uso do solo
- Mudança de valores / construção de unidade
- Interação: meio ambiente + população ribeirinha na sua vida cotidiana
- Depende de: para que? Para quem?
- Envolvimento das comunidades
- Estratégia e linhas de ação bem definidas
- Estudar, a longo prazo, os impactos
- Monitoramento
- Uma sociedade social, econômica e ambientalmente sustentável
- Recuperação do habitat
- Pequenas cheias periódicas
- Saneamento básico com estação de tratamento
- Revitalização das lagoas marginais
- Mudança nas posturas pessoais e institucionais para revitalizar
- Preservar qualidade e quantidade da água do rio - meio ambiente
- Fazer o rio voltar ao leito antigo
- Integração das ações dos governos/federal, estaduais e municipais
- Desenvolver o baixo São Francisco
- Comunidades ribeirinhas
- As comunidades que interagem com o B.S.F.
- Recuperação hidro-ambiental da calha e da margem do rio
- Saneamento básico
- Reflorestamento das ravinas e matas ciliares
- Decisão política
- Reposição das matas ciliares
- Aproveitamento das várzeas
- Harmonia ecológica-econômica
- Preservação do rio
- Ações integradas: saneamento básico, reflorestamento das matas ciliares, plano de desenvolvimento para a região
- Fornecer alternativas de atividades produtivas integradas ao meio ambiente para as comunidades ribeirinhas.

2. ANÁLISE DOS ENVOLVIDOS

A primeira análise realizada pelos participantes, foi feita após a definição de quem são os principais grupos/ instituições/ segmentos/outros envolvidos no processo da revitalização. Após o levantamento dos envolvidos, foi feito um agrupamento dos mesmos para facilitar o trabalho e adequar ao tempo disponível. Quatro grupos foram constituídos:

- *Órgãos Governamentais Executores;*
- *Órgãos Governamentais Reguladores;*
- *Sociedade Civil Organizada e*
- *Usuários.*

A proposta para análise em cada subgrupo foi direcionada para a discussão, relacionada a cada segmento do grupo:

- Qual a sua importância estratégica no processo da revitalização ?
- Se e como contribuem com a degradação do Baixo São Francisco;
- Se e como são afetados pela degradação;
- Quais suas possíveis prioridades no processo de revitalização?
- Quais os seus possíveis potenciais de contribuição no processo ?

Cada grupo de envolvidos foi analisado em sub-grupos formados por afinidade com o tema e o resultado foi visualizado em um painel para ser compartilhado na plenária da oficina. Após a apresentação foram feitas as discussões com o objetivo de complementação dos painéis apresentados, do esclarecimento de dúvidas e da apropriação da análise por todos os participantes.

Os painéis que seguem são reproduções dos painéis originais, acrescidos com as contribuições feitas pela plenária durante a apresentação dos mesmos.

Painel 1 - Usuários do Baixo São Francisco

ENVOLVIDOS	IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA	SE E COMO CONTRIBUEM COM A DEGRADAÇÃO	SE E COMO SÃO AFETADOS PELA DEGRADAÇÃO	PRIORIZAÇÃO NA REVITALIZAÇÃO	POTENCIAIS DE CONTRIBUIÇÃO
<p>SETOR ENERGÉTICO CHESF</p>	<p>Regularização da vazão do rio</p>	<p>Sim. Alterando o regime hídrico, afetando a ictiofauna, a navegação e assoreamento</p>	<p>Sim. Com ação antrópica na bacia provocando assoreamento e queda na vazão nos reservatórios</p>	<p>Aumento do potencial hídrico para geração energia</p>	<p>Monitoramento da bacia; Instituir percentual financeiro para investir em projetos em revitalização; Regularização da bacia; Levantamento/ fortalecimento de dados sobre a bacia</p>
<p>IRRIGANTES COHIDRO CODEVASF</p>	<p>Produção de alimentos e geração de empregos</p>	<p>Sim, com a poluição Hídrica (uso de agrotóxicos, salinização do solo, fechamento das várzeas)</p>	<p>Sim, com a redução da vazão, queda na qualidade da água, desmatamento e assoreamento</p>	<p>Água de boa qualidade e vazão satisfatória</p>	<p>Disciplinar uso e ocupação do solo; Implementar projetos de proteção ambiental; Monitoramento; Plano de educação ambiental para irrigantes; Fornecimento de dados sobre a bacia;</p>

ENTIDADES DE SANEAMENTO CiaS DE SANEAMENTO	Saúde e qualidade de vida da população	Sim, na captação e no lançamento de esgotos em tratamento	Sim, com o aumento do custo para tratamento de água e redução de razão de distribuição	Disponibilidade de água com boa qualidade e vazão suficiente	Tratamento de efluentes; Reuso da água;
NAVEGANTES	Transporte hidroviário e ecoturismo	Sim, poluindo, causando assoreamento para erosão das margens, formação de ilhas no período de menor vazão	Sim, a navegabilidade é prejudicada pela variação do nível das águas	Garantia do nível de navegabilidade	Balizamento dos canais; Vigilância e orientação para conscientização ecológica
PESCADORES E SUAS ORGANIZAÇÕES	Produção de alimentos, geração de renda Vigilância e monitoramento	Pesca predatória e poluição (lixo); Omissão frente aos problemas observados no rio e margens	Queda da atividade pesqueira	Peixamento com espécies nativas; Cheias artificiais programadas; Reflorestamento com vegetação nativa; Abertura das lagoas	Vigilância; Mudança de cultura da pesca extrativista para a pesca sustentável
COMUNIDADES RIBEIRINHAS	Interação permanente com o rio	Poluição (lixo, esgoto) desmatamento	A qualidade de vida e da saúde é afetada	Água limpa	Reflorestamento; Vigilância; Educação ambiental; Conscientização ambiental
INDÚSTRIAS	Geração de empregos e fixação do homem à sua região	Com a poluição do meio ambiente	A redução da oferta e aumento do custo da água	Água de boa qualidade; Manutenção do mercado de consumo	Financiamento de projetos ambientais

Grupo de Trabalho: Luiz Bezerra, Fátima Acioly, Alexander, Mozart, Toinho, Cláudio, Leslye, Carlos Alberto, Góis e Pedro

CONTRIBUIÇÕES POSTERIORES:

- A CHESF divulgar o processo de licenciamento para barramentos, procurar novas formas de alternativas e controlar a demanda energética;
- Complementar um potencial do setor Indústrias que é o de “gerar tributos que podem ser destinados aos projetos de revitalização;
- Reivindicar à CHESF disponibilizar recursos para a mitigação dos impactos a jusante da barragem de Xingo, estendendo até a foz;
- Priorizar os pescadores organizados no ordenamento dos tanques-rede;
- Reserva de áreas para tanques-rede para as associações de pescadores
- Analisar a possibilidade de obras de engenharia para formação de lagoas marginais;
- Utilizar tecnologias racionais no uso da água;
- Manter os sistemas de saneamento;
- Incluir atividades de ecoturismo;
- Em relação aos peixamentos: pensar também em outras espécies (estudar a introdução de novas espécies analisando seu valor econômico e ecológico)
- Em relação à mudança das fontes de energia: ao mudarmos deveremos estar seguros dos impactos das mudanças

Painel 2 - Órgãos Governamentais Reguladores

ENVOLVIDOS	IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA	SE E COMO CONTRIBUEM COM A DEGRADAÇÃO	SE E COMO SÃO AFETADOS PELA DEGRADAÇÃO	PRIORIZAÇÃO NA REVITALIZAÇÃO	POTENCIAIS DE CONTRIBUIÇÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO	Fiscalizar os órgãos públicos e demais atividades no cumprimento da Legislação Ambiental	Demora nos procedimentos	Aumento de denúncias	Exigir a recomposição das áreas degradadas	Garantir o funcionamento dos órgãos públicos
IBAMA	Fiscalizar e denunciar os empreendimentos de acordo com a Legislação Ambiental no âmbito Federal	Fiscalização precária	Perda de credibilidade	Monitoramento e recuperação do habitat	Com a gestão ambiental sustentável e integrada
OEMAS	Fiscalizar e licenciar os empreendimentos de acordo com a Legislação ambiental	Fiscalização precária	Perda de credibilidade	Monitoramento e recuperação do habitat	Com a gestão ambiental integrada e sustentável
ANEEL	Regular o setor energético	Falta de monitoramento	Perda de credibilidade		Estabelecer uma política ambiental sustentável
ANA	Regular o setor de Recursos Hídricos e implantar a política de gestão de R.H	Falta de monitoramento	Perda de credibilidade	Instalação dos comitês de bacias	Democratizar a gestão dos recursos hídricos

ÓRGÃOS ESTADUAIS DE RECURSOS HÍDRICOS	Gerenciamento e outorga dos afluentes do São Francisco	Deficiência Institucional	Perda de credibilidade	Instalação dos comitês de bacias	Democratizar a gestão dos recursos hídricos
MARINHA	Fiscalizar a navegação do patrimônio imóvel da União	Omissão	Perda de credibilidade		Fiscalizar a ocupação da calha do rio
DPU	Fiscalizar o uso e a ocupação do patrimônio imóvel da União	Omissão	Perda de credibilidade	Reestruturação organizacional	Fiscalizar a utilização do patrimônio público da União
ÓRGÃOS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE	Controle / gestão ambiental local	Deficiência institucional	Perda de credibilidade	Reestruturação organizacional	Efetivar sua existência

Grupo de Trabalho: Aloysio, Marly, Eduardo, Avelar e Ashton

CONTRIBUIÇÕES POSTERIORES:

- Os órgãos de governo são estratégicos porque regulam, concedem e fiscalizam;
- A ANEEL é o poder concedente do setor elétrico;
- A ANEEL deve estimular novas formas de energia elétrica;
- O potencial dos órgãos governamentais: o exercício da competência e de autoridade
- Prioridades para todos os órgãos fiscalizadores: revisão da legislação de áreas de impacto, royalties e passivo ambiental através dos conselhos normativos de regulamentação da Legislação federal;
- Prioridades para OEMAS e IBAMA: que os mesmos participem acompanhando os planejamentos que estão em andamento no BSF;
- Também deverão ser prioridade para OEMAS e IBAMA: visibilidade/campanhas educativas. São potenciais destes órgãos as campanhas de esclarecimento
- Que os órgãos estaduais de recursos hídricos promovam o gerenciamento e outorga para uso da água nos afluentes e no BSF;
- Os órgãos municipais de meio ambiente deverão estabelecer uma política municipal de meio ambiente;

- No processo de revitalização é fundamental a abertura do IBAMA e OEMAS para o trabalho em parceria com a sociedade civil organizada. Estes órgãos devem modificar a postura isolacionista adotada em relação as discussões sobre revitalização;
- Os órgãos de categorias devem pressionar os órgãos competentes;
- As medidas compensatórias de obras localizadas na Bacia devem ser aplicadas em unidades de conservação da bacia
- A prioridade do DPU e Marinha deve ser revista par “ações efetivas de fiscalização e monitoramento”;
- A ANA deverá divulgar o seu comitê de bacias;
- A ANA deve exercer o seu papel de coordenadora das ações a serem adotadas na Bacia do são Francisco;
- A Sociedade Civil deve cooperar com as agências de fiscalização;
- Deverão ser criados mecanismos para que os órgãos de fiscalização trabalhem em parceria com Universidades e outros órgãos;
- Descentralizar através da municipalização dos conselhos municipais de meio ambiente;
- Potencial do IBAMA e OEMAS: implantação da Agenda 21;
- A prioridade da ANA e Secretaria de Recursos Hídricos deve ser implementação dos instrumentos de gestão;

Painel 3 - Órgãos Governamentais Executores

ENVOLVIDOS	IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA	SE E COMO CONTRIBUEM COM A DEGRADAÇÃO	SE E COMO SÃO AFETADOS PELA DEGRADAÇÃO	PRIORIZAÇÃO NA REVITALIZAÇÃO	POTENCIAIS DE CONTRIBUIÇÃO
EMBRATUR	Identificar e articular elementos com potenciais turísticos		Perda de oportunidades	Geração de emprego e renda; Tombamento de sítios históricos; Capacitação da mão de obra local; Estabelecer plano turístico para a região	Geração de emprego e renda; Definir recursos (linhas de financiamento e incentivos); Mudança cultural com relação ao meio ambiente
INCRA	Inibidor da violência rural; Alocação de recursos técnicos e financeiros; Redistribuição de terra e renda	Descompasso entre a implantação dos assentamentos e a liberação dos recursos financeiros; Forma de implantação dos assentamentos	Dificuldades na sustentabilidade dos assentamentos; Aumento do descrédito na reforma agrária como política de desenvolvimento rural; Aumento da pressão sobre assentamentos sustentáveis	Reflorestamento orientado com objetivos produtivos; Acesso à água para dessedentação humana e pequena produção; Desenvolvimento de setores alternativos, turismo, etc.; Fortalecimento hídrico com apropriação de tecnologias adequadas de acesso à água	Redistribuição de renda e geração de empregos; Redução da violência Fixação homem à terra; Política de diversificação de atividades econômicas

GOVERNOS MUNICIPAIS	Articulação intermunicipal; Coordenação das ações institucionais e locais dentro de seus Territórios	Ausência de políticas ambientais integradas; Deficiência nos serviços saneamento básico; Planejamento urbano inadequado; Ausência de políticas de uso e ocupação do solo; Ausência de políticas adequadas de resíduos sólidos	Sustentabilidade econômica e produtiva; Qualidade de vida da população	Plano de gestão das ações municipais; Saneamento; Articulação intermunicipal	Educação; Fortalecimento da participação da sociedade local; Coordenação das ações institucionais e locais dentro dos territórios para recuperação ambiental
ESTADOS	Articulador e coordenador político para viabilização das ações	Ausência de uma política ambiental integrada aos diversos planos , programas e ações das esferas Federal/Estadual e Municipais; Ausência de uma fiscalização ambiental efetiva e integração entre as instituições estaduais	Aumento de custos e gastos; Formação de bolsões de pobreza; Perda de receita; Ampliação da pressão sobre o sistema de serviços; Aumento da tensão política	Integração das políticas públicas estaduais; Política de incentivos à geração de emprego e renda; Plano de ações regionais; Capacitação profissionalizante; Educação	Agenda 21 estaduais integradas às agendas locais; Integração das políticas públicas estaduais; Articulação política das bancadas para apoiar as ações de revitalização Aperfeiçoamento da legislação estadual Política de incentivo à geração de emprego e renda

GOVERNO FEDERAL	Alocar recursos; Articulador e executor das políticas públicas; Priorizar o uso múltiplo das águas	Descontinuidade de aporte de receitas financeiras; Pulverização de ações isoladas	Gastos elevados repetidos; Perda de credibilidade política	Sistematização de ações para revitalização, evitando o paralelismo; Plano de ação para a bacia; Alocação de recursos nos planos plurianuais Integração e divulgação das ações nos diversos segmentos da bacia e do governo; Plano de desenvolvimento da bacia; Fortalecimento do comitê da bacia; Rever as regras para aplicação dos recursos advindos do pagamento de compensação pelo uso de RH, objetivando ações de revitalização	Utilização efetiva do Poder político; Fortalecimento do comitê da bacia do São Francisco; Atribuir à ANA a responsabilidade primária de articulação e coordenação das ações na bacia; Apoiar a tramitação da emenda constitucional para destinar 0,5% da receita da União para a Bacia do Rio São Francisco
-----------------	--	--	---	---	--

Grupo de Trabalho: Juliana, Rômulo, Ricardo, Herminio, Adolfo, Antônio , José Luís e Catarina

CONTRIBUIÇÕES POSTERIORES:

- O INCRA deverá investir na capacitação técnica e gerencial dos assentados enquanto forma de sustentabilidade;
- Complementar na EMBRATUR: se e quando contribuem com a degradação: quando apóiam projetos impactantes e quando priorizam o setor econômico em detrimento da sustentabilidade da atividade;
- O turismo e o ecoturismo são muito importantes porém altamente poluidores;
- Ao desenvolver o turismo deverá ser levado em conta os riscos de danos ao patrimônio histórico, cultural e arqueológico da região;
- Considerar o risco de apoiar projetos impactantes e adotar modelo de turismo que promova a degradação ambiental, social e cultural da região;
- O INCRA contribui com a degradação ao promover assentamentos em áreas impróprias (ARIE);
- Os governos com executores devem priorizar a criação de áreas de preservação;
- O INCRA não deve utilizar áreas que deveriam ser de matas de reserva para assentamentos;
- O governo estadual tem o papel de articulador e mediação com os municípios; o Governo Federal idem...com estados e município;
- Todos os municípios devem ter seu plano diretor;
- Considerar os riscos de impactos sobre os estoques de recursos pesqueiros já ameaçados;
- Considerar os riscos de uma ocupação desordenada das ilhas, várzeas, praias etc.

Painel 4 - Sociedade Civil

ENVOLVIDOS	IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA	SE E COMO CONTRIBUEM COM A DEGRADAÇÃO	SE E COMO SÃO AFETADOS PELA DEGRADAÇÃO	PRIORIZAÇÃO NA REVITALIZAÇÃO	POTENCIAIS DE CONTRIBUIÇÃO
SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	Denúncia; Organização e mobilização; Elo de ligação com a comunidade; Defesa e representação de interesses; Apoio a projetos de interesse; Acompanhamento e fiscalização pela sociedade	Riscos de defesa e/ou ações não sustentáveis e/ou impactantes	Desagregação e/ou desestruturação das organizações; Radicalização dos movimentos; Desestímulo na busca de soluções; Perda de identidade; Mobilização de organizações	Mobilização proativa para a revitalização; Reivindicação de medidas compensatórias para o BSF; Direito a participar das deliberações	Envolvimento da população na proposição, validação das soluções e execução das ações e execução das ações
INSTITUIÇÕES CIVIS DE APOIO	Divulgação Avaliação, diagnósticos e execução de projetos; Capacitação; Captação de recursos financeiros	Risco de execução de projetos não sustentáveis e/ou impactantes	Projetos que induzem a perda de identidade; Perda de credibilidade Esvaziamento / enfraquecimento de funções	Captação de recursos e execução de projetos sustentáveis	Ampliar o universo de beneficiados

INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA	Formação/ capacitação; Geração e transferência de tecnologias; Elaboração de diagnósticos, avaliação e indicadores; Instrumentalização	Risco de formação e capacitação inadequadas p/ região e geração de tecnologias incompatíveis; Falta de proposições concretas	Desmotivação para formação/ motivação para formação de novas carreiras; Simplificação da problemática e das soluções; Aumento de oportunidades de pesquisa	Participação dos pesquisadores locais na formulação dos planos; Criação de mecanismos de monitoramento permanente; Capacitação, diagnósticos e criação de indicadores	Continuidade das ações de pesquisa e extensão; Validação dos Planos e soluções; Sede dos trabalhos de elaboração do Plano de revitalização na região (AL-SE)
ORGANISMOS DE BACIAS	Mediação de conflitos; Definição das prioridades de uso da água; Aprovação de plano diretor de recursos hídricos das bacias Gestão participativa	Riscos de tomada de decisões equivocadas	Crescimento dos conflitos e das dificuldades de gestão	Elaboração de Plano Diretor do Baixo São Francisco	Fórum permanente de discussão de problemas e soluções

Grupo de Trabalho: Luiz Carlos, José Roberto, Arno, Leila, Guta, Paulo Araújo, Larissa, Paulo Lima

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS:

A) Sociedade Civil Organizada:

- Setor Pastoral e social da Igreja católica; Sindicato dos trabalhadores da água e esgoto - SINDISAN; ONG Canoa de Tolda; Fórum de Defesa do São Francisco; Grande Síntese; Amigos do Velho Chico; Associação de barqueiros de Paibauçú; Cáritas; Associações de boradeiras;

associações de comunidades rurais; associações de produtores rurais; associações de irrigantes; Visão Mundial; Fóruns Municipais de Desenvolvimento Sustentável; Federação dos Pescadores e Federação dos Agricultores; mST; Sindicatos Rurais; Colônias de Pescadores. Associações de artesãos e associações de moradores

-

B) Instituições de Apoio:

- SEBRAE; SESC; SENAI; Instituto Xingo; Instituto Eco-Engenho

C) Instituições de Pesquisa e Ensino:

- UFAL, UFSE, UNIT, CEFET

D) Associações de Bacia

- Comitê da Bacia do São Francisco
- Comissão Pró-Comitê do Rio Piauí, AL

CONTRIBUIÇÕES POSTERIORES:

- As instituições de apoio deverão capacitar as organizações da sociedade civil para que elas próprias possam captar recursos;
- A importância estratégica das instituições civis de apoio é que as mesmas são fomentadoras de projetos;
- Trocar a priorização dos Organismos de bacias para: Validação/Aprovação do Plano Diretor;
- A prioridade da sociedade civil organizada é: capacitar e captar recursos

3. ANÁLISE DE PROBLEMAS, OBJETIVOS E MEIOS DE ALCANCE

Concluída a primeira etapa de análise, os participantes foram convidados a refletir sobre as dificuldades no processo de revitalização e identificar a que, ao ver de cada um, seria a maior. Após o levantamento inicial, as dificuldades apontadas foram agrupadas em quatro grandes blocos, a saber:

- *Pouca conscientização, sensibilização e educação dos segmentos envolvidos;*
- *Pouca vontade política;*
- *Fraca Articulação Interinstitucional; e*
- *Os Múltiplos conflitos existentes;*

Em seguida ao agrupamento, os participantes subdividiram-se para analisar o conjunto de problemas e apontar objetivos a alcançar e meios para tais alcances. Os procedimentos foram assemelhados com os da primeira etapa de análise, ou seja, os painéis foram apresentados em plenário e complementados com a discussão que se seguiu.

É necessário ressaltar que o Painel que tratou dos “Múltiplos conflitos” não foi consensuado no primeiro momento da apresentação e deixado para ser rediscutido no final das apresentações.

Merece destaque ainda o fato de que, após este momento, o grupo solicitou maiores esclarecimentos sobre a evolução do processo, principalmente em relação à Comissão de Revitalização e à metodologia a ser desenvolvida pelo IPH.

Em relação à SIH/MI, a representante do órgão, Juliana Roscoe, situou a trajetória desenvolvida e esclareceu as dúvidas levantadas. O representante do IPH ressaltou que não estava preparado para tal a apresentação visto que o seu objetivo, na oficina, seria o de colher subsídios para o aperfeiçoamento da proposta. Entretanto, fez um relato, no início do dia seguinte, no qual apresentou o IPH e suas bases metodológicas.

Os painéis, com suas respectivas complementações, encontram-se a seguir:

Painel 5 - Pouca Conscientização e Educação dos segmentos envolvidos

GRUPO DE PROBLEMAS	PORQUE ACONTECEM	QUE OBJETIVOS DEVEM SER ALCANÇADOS	O QUE DEVE SER FEITO PARA ISSO	POSSÍVEIS FONTES DE RECURSOS
Falta de engajamento e conscientização da população	Falta de informação; Desrespeito aos valores culturais da população; Falta de ações governamentais que permitam a sustentabilidade; Baixo nível da população	Ampliação do alcance da informação; Criação de uma consciência ecológica na população; Divulgação da importância da revitalização e suas ações	Campanha educativa usando os meios de comunicação de massa; Valorizar, reconhecer e incentivar a formação de grupos organizados locais; Implantação de modelos produtivos que permitam a sustentabilidade.	Patrocínio de empresas
Falta de conhecimento / educação da população	Falta de ações governamentais que permitam a sustentabilidade; Baixo nível de renda da população; Modelo educacional defeituoso; Falta de prioridade política	Elaboração de modelo educacional para formação de professores voltado à realidade local; Educação acessível a todos; Centro de formação para pescadores e agricultores.	Implantação de modelo educacional voltado para a realidade local; Implantação de centros de formação profissional; Reforçar a representatividade das comunidades na rede de ensino melhor capacitando os conselhos municipais de educação.	Priorização de recursos para educação.
Desvio de recursos destinados à educação	Ciclo vicioso da política local	Aplicação correta dos recursos	Apuração de responsabilidades. Maior atuação dos órgãos e das comunidades na fiscalização e controle	

Grupo de Trabalho: Guta, Toinho, Luiz Bezerra, Leila, Pedro Lúcio, Fátima Acioly, Paulo Araujo

COLABORAÇÕES POSTERIORES:

- Participação compulsória da mídia nas campanhas
- Conscientizar a sociedade na luta da revitalização como um todo;
- Elaborar Plano específico de educação ambiental; introduzir no modelo vigente; estabelecer regras e obrigatoriedade de aplicação
- Utilizar pedagogia de projetos;
- Identificação das comunidades;
- Ampliar o conhecimento ambiental da população adulta por meio de programas de educação ambiental;
- Observar o contexto regional: analfabetismo na região de 35 a 50 %;
- Elaborar programa de educação ambiental continuada, em detrimento de projetos isolados, com integração institucional;
- Fortalecer as disciplinas que tratam das questões ambientais no ensino formal;
- Perenizar a educação ambiental junto aos programas já existentes (ex. PCN/MEC);
- A educação ambiental deverá permear diversos setores/ instâncias: educação formal, capacitação técnica, campanhas, etc.
- Engajamento - participação - convencimento: discutindo o tema com audiências, reuniões locais, programas de divulgação, utilização dos conselhos de educação; apresentação com projetos voltados para o tema da revitalização;
- Um dos motivos do não engajamento da comunidade é o descrédito em relação às ações governamentais e planos;
- O plano de revitalização deve ter credibilidade necessária para motivar a população;
- As mudanças de postura da comunidade dependem do resgate da auto-estima;
- Deve ser desenvolvido um programa de informação, sensibilização para a questão da revitalização, voltado para a população/grupo alvo envolvido.

Painel 6 - Pouca Vontade Política

GRUPO DE PROBLEMAS	PORQUE ACONTECEM	QUE OBJETIVOS DEVEM SER ALCANÇADOS	O QUE DEVE SER FEITO PARA ISSO	POSSÍVEIS FONTES DE RECURSOS
<p>POUCA VONTADE POLÍTICA A inserção do tema da revitalização na agenda dos parlamentares é frágil; Restrita participação nos Fóruns que debatem o Projeto; Ausência do projeto na Estrutura orçamentária; Ausência do projeto no plano plurianual de governo.</p>	<p>Falta de conscientização/mobilização da sociedade; Comprometimento político incipiente; Nível inadequado de conscientização; Ausência de participação da sociedade na definição dos problemas; Falta de conhecimento da problemática; Distanciamento dos poderes constituídos das necessidades coletivas</p>	<p>Comprometimento dos parlamentares com o tema; Comprometimento do Poder Executivo; Assegurar a participação dos parlamentares; Participação efetiva da sociedade; Inserção do projeto na estrutura orçamentária dos poderes executivos; Comprometimento das empresas que atuam na bacia; Inserção do projeto nos planos de investimentos e programas de governo</p>	<p>Integração entre o Legislativo e Executivo na elaboração das emendas orçamentárias; Pressão popular; Emendas orçamentárias dos parlamentares; Ampla divulgação na mídia Priorização da liberação de recursos do projeto; Subsídios técnicos aos tomadores de opinião; Continuidade do projeto nos planos de governo e na estrutura orçamentária</p>	<p>Recursos fiscais nas três esferas; Financiamento internacional Cobrança pelo uso da água</p>

Grupo de Trabalho: Afrânio, Gilmar, Marly, Ricardo, José Luiz e Cláudio

CONTRIBUIÇÕES POSTERIORES:

- Integração dos poderes para a elegibilidade da aplicação das compensações dentro da área afetada;
- Viabilização de projetos auto-sustentáveis sócio-econômico-ambiental;
- Papel do comitê na cobrança aos políticos;
- “emenda é um instrumento de difícil uso. Já a integração entre os poderes garante a inserção do projeto no orçamento”
- Distribuição dos royalties na bacia;
- Viabilizar aos técnicos ou assessores participação nos fóruns;
- Aplicação de parcela de recursos pelo uso da água rio acima na redução do passivo ambiental no baixo São Francisco;
- Direcionamento dos royalties recebidos pelos governos de Alagoas e Sergipe nos Municípios do Baixo São Francisco;
- Comunicação inadequada na relação técnico - política

Painel 7 - Pouca Articulação Interinstitucional

GRUPO DE PROBLEMAS	PORQUE ACONTECEM	QUE OBJETIVOS DEVEM SER ALCANÇADOS	O QUE DEVE SER FEITO PARA ISSO	POSSÍVEIS FONTES DE RECURSOS
<p>Falta de Integração Institucional</p>	<p>Ausência de estrutura adm. e deliberativa que coordene ações em nível local/ regional perante Estado/Governo Federal;</p> <p>Ausência de um plano estratégico de desenvolvimento;</p> <p>Interesses políticos/econômicos conflitantes;</p> <p>Ausência de mecanismos de comunicação interinstitucional;</p> <p>Falta de integração entre os grandes conselhos nacionais (CONAMA, CNRH, CNPE, etc.)</p>	<p>Estabelecer uma coordenação para articular e implementar o Plano estratégico às diversas instâncias;</p> <p>Elaboração de plano de desenvolvimento local integrado;</p> <p>Plano estratégico de desenvolvimento por região sócio-econômica agro-ambiental;</p> <p>Estabelecer uma coordenação das ações locais;</p> <p>Criação de mecanismos de transferência de informações entre governo/comunidade e governo/governo;</p> <p>Decisões e ações articuladas entre os diversos conselhos</p>	<p>Fortalecer o Ministério público para criação de curadorias;</p> <p>Fortalecimento do comitê;</p> <p>Criação de Câmaras que serão o elo de comunicação entre atores e governo;</p> <p>Reunir instituições que trabalham em planos de desenvolvimento regional do BSF para definir objetivos e métodos e co-responsabilidades;</p> <p>Elaboração do Plano de desenvolvimento estratégico por região sócio-econômico e agro-ambiental;</p> <p>Harmonizar as ações, resoluções e deliberações dos conselhos;</p>	

Grupo de Trabalho: Luiz Carlos, Carlos Herminio, Arno, Eduardo, José Roberto, Aloísio, Juliana, Paulo Lima

CONTRIBUIÇÕES POSTERIORES:

- Para efeito de operacionalização do projeto de revitalização do Rio São Francisco, deverão ser utilizadas as estruturas estaduais de recursos hídricos. Como órgãos de capacidade técnico-operacional, proverão o apoio necessário às prováveis câmaras componentes do comitê de bacias;
- Possíveis fontes de recursos: recursos governamentais e cobrança pelo uso da água;
- Restringir (otimizar) o número de instituições para cuidar do mesmo assunto.

Painel 8 - Múltiplos Conflitos

GRUPO DE PROBLEMAS	PORQUE ACONTECEM	QUE OBJETIVOS DEVEM SER ALCANÇADOS	O QUE DEVE SER FEITO PARA ISSO	POSSÍVEIS FONTES DE RECURSOS
Múltiplos conflitos	<p>Interesses locais diferenciados em virtude de problemas serem diferentes em cada localização;</p> <p>Visão de planejamento pontual e fragmentada;</p> <p>Falta de integração dentro dos órgãos dos governos (entidades atuando de forma desintegrada);</p> <p>Falta de inserção regional dos empreendimentos (projetos desenvolvimentistas para a região);</p> <p>Falta de um plano integrado que envolva os atores;</p> <p>Falta de preocupação quando da elaboração dos projetos - quanto ao uso múltiplo da água);</p> <p>Sociedade desorganizada;</p>	<p>Integrar os planejamentos setoriais envolvendo todos os atores;</p> <p>Garantia da continuidade na implantação e desdobramentos de projetos;</p>	<p>Envolver a bancada e a população cobrar da mesma a sua legítima representação;</p> <p>Promover a troca de conhecimentos técnicos e das demandas da população;</p> <p>Elaborar planos integrados com a participação da sociedade;</p> <p>Elaborar modelos de planejamento a longo prazo com polos e projetos pilotos para curto prazo;</p> <p>Criação de áreas de preservação;</p> <p>Disciplinar o uso múltiplo da água;</p>	<p>Compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos pagos aos Estados;</p> <p>Emendas de bancada;</p> <p>Fundações Nacionais;</p> <p>OGU (saúde, educação, FAT, PRONAGER, PRONAF, PROGER...)</p> <p>Convênios internacionais</p> <p>ONGs</p> <p>Institutos de Fomento à pesquisa: FINEP, CNPq, FAPEAL, FAPES, PRONEX, CAPES;</p> <p>Petrobrás, CODEVASF, CHESF, SEBRAE;</p>

	Projetos e programas sem continuidade e sem identidade com os interesses da sociedade; Políticos descompromissados com os problemas da revitalização; Falta de conhecimento da complexidade da bacia físico/biótico/sócio-econômico)			Cobrança pelo uso da água.
--	--	--	--	----------------------------

Grupo de Trabalho: Alexander, Catarina, José, Leslye, Antônio, Góis, Carlos Alberto, Mozart, Francisco, Ashton

Atores: Setor Energético, Chesf, instituições governamentais (Federal, Estadual, Municipal); políticos locais; irrigantes (CODEVASF, ass. de produtores); ONGs; sindicatos e associações; pescadores; população urbana e rural; população ribeirinha, beiradeiras; Institutos de Ensino e Pesquisa; Universidades; Indústrias

CONFLITOS APONTADOS:

- Conflito de competências/ações: ANA x ANEEL e MMA x MI
- Uso do solo X navegação
- Vazão do rio X desaparecimento das lagoas marginais
- Instalação de tanques-rede X qualidade da água
- Irrigação X geração

- Tanques-rede X áreas disponíveis que os sustente para o não esgotamento
- Vazão do rio para energia X e outros usos (pesca, irrigação, navegação, abastecimento)
- Vazão X navegação
- Quantidade de nutrientes X diminuição da pesca
- Proprietários x pescadores por ocupação das áreas de Marinha
- Regularização das vazões x peixes
- Setor energético x população ribeirinha
- Barragens x ecossistemas
- Recomposição florestal x proprietários x poder público
- Vazão do rio x perda de áreas produtivas (várzeas)
- Vazão do rio x perda de produção do arroz
- Interesses locais x ordenamento geral do plano de revitalização
- Usos de agrotóxicos x abastecimento humano
- Capacidade de suporte x demanda pelo uso de recursos hídricos
- CHESF x mudanças de hábitos
- Geração x erosão (na calha e litoral)
- Controle das bacias tributárias
- Município e/ou Estado x geração
- Capacidade de suporte x demanda de recursos pesqueiros
- Desmatamento x baixa renda da população
- Distribuição dos royalties entre os municípios
- Comunidades ribeirinhas x cia saneamento (poluição)

SITUAÇÕES CONFLITANTES

- Fechamento das grandes várzeas, mudança de culturas arroz/peixe/camarão para plantação de cana
- Escassez da água no Rio São Francisco
- Perda da produtividade pesqueira

- Situações conflitantes: situação econômica ambiental dos minifundistas assentados e pequenos produtores
- Situação do setor de pesca (relação com o desmatamento)
- Uso do carvão x preservação da cobertura fechada
- Interesses não atendidos
- Modelo de instituições autoritário sem debate com a sociedade
- Uso do solo x desmatamento

CONTRIBUIÇÕES DA PLENÁRIA

“Os conflitos sempre existirão. O importante é a existência de espaços para mediação dos conflitos, onde a parte mais fraca tenha oportunidades de ser atendida”

Incluir como objetivos a serem alcançados:

- Criar regras de gestão, instrumentos, mecanismos para a resolução de conflitos e definição dos usos
- Criação de fóruns de discussão

Incluir no que deve ser feito ?

- a criação dos comitês de bacias
- mapear e hierarquizar os conflitos existentes

4. PROPOSTAS PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO

Ao concluir as etapas de análise, o grupo foi orientado a identificar propostas para a elaboração do Plano de Revitalização, a partir da resposta a três questionamentos:

- Quais as necessidades de aprofundamento de conhecimentos sobre a atual situação ?
- Quais os Procedimentos a adotar na elaboração ?
- O que deverá ser evitado neste processo ?

As contribuições, para análise e síntese por parte do órgão responsável pela elaboração, estão descritas a seguir:

A - NECESSIDADES DE APROFUNDAMENTO SOBRE A SITUAÇÃO:

- Direcionar as pesquisas para a bacia (não focar apenas na calha);
- levantamento das condições bióticas e abióticas;
- batimetria atualizada do rio;
- situação das lagoas marginais: propostas de recuperação, capacidade de serem abertas com e sem enchentes;
- regularização do rio com períodos de grandes vazões;
- determinação de IQA;
- Monitoramento permanente do rio a sua foz em relação à: biota, hidrologia, sedimentologia e qualidade da água;
- Planos de monitoramento de longo prazo da pesca, limnológicos e sócio-econômicos.
- Relatos e memória acerca da convivência no/com o rio;
- Situação do homem ribeirinho;
- Estrutura dos órgãos de classe dos pescadores;
- Avaliação dos estoques pesqueiros;
- Recomposição da ictiofauna reofílica;
- Enriquecimento do rio em nutrientes pelos resíduos dos tanques-rede;
- Revitalização da pesca artesanal;
- Plano Diretor para disposição final dos resíduos sólidos;
- Aprofundamento de conhecimentos sobre a vida da população ribeirinha;
- O perfil sócio-econômico e ambiental das comunidades ribeirinhas;
- Hábitos e costumes da população;
- Identificar a real dependência da vida da população/ rio São Francisco em números: irrigantes, pescadores, etc;
- Os conflitos: vazão mais possível
- Incremento de renda;

- Cadeia produtiva nas sub-bacias;
- Alternativas de emprego e renda na comunidades ribeirinhas;
- Cadeia produtiva do artesanato;
- Reuso da água;
- Identificação genética da biodiversidade;
- Como está a degradação das matas ciliares;
- Mapeamento das áreas agricultáveis com adequação;
- Práticas de conservação do solo;
- Caracterização das demandas dos Estados: setores primário, secundário e terciário;
- Saneamento da bacia e das sub-bacias;
- Levantamento de todos os programas e projetos que estão em andamento na região;
- Pesquisa de variedades de produtos agrícolas para a região;
- Quanto à ocupação: fluxos migratórios ao longo do tempo;
- Potencialidades de ofertas e demandas;
- O que o MMA quer fazer e o que o MIR deseja;
- Levantar as propostas do Ministério Público Brasileiro para a Revitalização;
- Quais os usos prioritários que queremos para o baixo.

B. PROCEDIMENTOS A ADOTAR

B.1 - NO PLANEJAMENTO

- Considerar a bacia como unidade de planejamento;
- Projetar considerando o ciclo: Planejamento - ação - indução - avaliação - ajuste;
- Incluir no plano, propostas de ações imediatas nas sub-bacias;
- Pensar em projetos a curto prazo (regionais/locais) e ao mesmo tempo planejar a base de ações a longo prazo na bacia toda;
- Adotar conceito de gradualismo na implementação;
- Não projetar no médio/longo prazos (o trabalho é processo) “Estado do sistema que evolue”;
- Que na elaboração do plano seja levado em consideração o que foi documentado durante e este workshop;
- Monitoramento da água, reflorestamento, levantamento do solo/água; fiscalização; disciplinamento da foz;
- Validação da situação atual dos problemas principais;
- Equipes de estudos permanentes;
- Tratar segundo enfoques específicos e adequados as zonas sócio-econômicas e agro-ambientais distintas;
- Diagnóstico de toda a região conscientizando;
- Indicar áreas de conservação / mapear;
- Demarcar pontos críticos para cheias artificiais ou não;
- Elaborar proposta para criação de programa pesquisa/ laboratório interinstitucional específico do geoambiente úmido do B.S.F.;

- Avaliar as intervenções já realizadas no rio (baixo);
- Levantar planos e ações que já estejam sendo realizados nas áreas de abrangência do Plano de Revitalização do Baixo São Francisco;
- Validar critérios de hierarquização das intervenções (estruturais ou não-estruturais);
- Levar em consideração a expansão do modelo energético x revitalização;
- Educação ambiental integrada na família;
- Propor levantamento das potencialidades regionais e propostas de valorização e geração de renda;
- Criação de programa permanente de capacitação gerencial e tecnológica de irrigantes visando os novos perímetros irrigados;
- criar base de apoio às pesquisas interinstitucionais em Penedo e Própria;
- atribuir o mesmo status aos temas técnicos e aos oriundos da cultura popular na apreciação do material bibliográfico (como por exemplo: literatura de cordel e música);
- compatibilizar o plano de revitalização ao de desenvolvimento para a região;
- integração de todas as ações;
- seleção crítica das propostas de pesquisa;
- compatibilização demandas / condições desejáveis.

B.2 - QUANTO A POSTURA/ PARTICIPAÇÃO

- transparência;
- continuidade das ações;
- definir nível de governabilidade dos atores;
- ouvir todos os segmentos envolvidos com o processo evitando trabalhos paralelos;
- procedimentos claros e participativos ao longo de todo o processo;
- criar mecanismos de participação das comunidades nas diversas etapas: elaboração - execução - controle;
- trabalhar em conjunto com as comunidades e ONGs;
- envolvimento efetivo da sociedade local;
- que o plano seja feito de baixo para cima / que tenha o aval do governo / que não caia no vazio / que seja exequível;
- que insira os gerentes dos distritos de projetos irrigados;
- envolver as instituições de pesquisa regionais e direcionar para as prioridades;
- reavaliar participação das universidades, do Instituto Xingo, superando o esquema excludente atual

B.3 - OUTROS

- o Estado e empresários promoverem os meios;
- deve servir de instrumento indicador do difícil estado social da população;
- instalar a sede dos trabalhos em Penedo ou Própria (IPH);

- políticas para fortalecimento de grupos de estudos e pesquisas (privado e público) locais (SE e AL)

C - O QUE DEVE SER EVITADO ?

- trabalhar fechando-se para instituições que podem efetivamente colaborar (ong, setor privado);
- turismo predatório;
- utilizar cultivadores não adaptados à realidade;
- que não seja engavetado
- nem emprateirado;
- nem encestado;
- duplicidade de ações;
- perder de vista o foco central de trabalho: revitalização;
- a descontinuidade das ações e das pesquisas;
- dispersão de recursos;
- interferência política, ou seja, politicagem, politicalha;
- direcionamentos que não sejam técnicos;
- o peleguismo;
- participação de ação e pulverização de recursos;
- pressa na elaboração do plano;
- falta de envolvimento;
- medidas verticalizadas que não cria identidade com as comunidades;
- ações isoladas;
- procurar culpados e sim buscar soluções;
- conflitos de posicionamento quanto ao desenvolvimento dos trabalhos;
- desintegração do segmentos envolvidos no processo;
- duplicidade de esforços e de ações dos diversos atores;
- projetos e ações isolados;
- evitar a simplificação e generalização dos problemas e soluções;
- barragens novas no baixo São Francisco;
- violência em primeiro plano;
- paralelismo de ações;
- direcionamento de ações para privilegiar segmentos/órgãos.

POSSÍVEIS ENVOLVIMENTOS

Após a conclusão do trabalho de elaborar propostas, foi solicitado ao grupo que apontasse o possível envolvimento de cada instituição presente no processo de elaboração de execução do plano de revitalização.

O quadro seguinte, descreve as contribuições citadas.

INSTITUIÇÃO	POSSÍVEL PARTICIPAÇÃO
Prefeitura Municipal de Canidé	Pode colaborar com apoio logístico
DESO-Sergipe	Contribuições prováveis: <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração e/ou supervisão de projetos de engenharia de sistemas de abastecimento d'água e esgotamento sanitários; - Implantação e/ou acompanhamento técnico dos referidos sistemas; - Disponibilização do Bando de Dados; e - Avaliação de trabalhos existentes na área de atuação já especificada
CREA	Técnico, fiscalizar, Fórum
CANOA DE TOLDA	Com informações sobre as populações beiradeiras e projetos de desenvolvimento sustentado
FEPEAL	<ul style="list-style-type: none"> - Repassar para as Colônias os objetivos que aprovamos nas oficinas - Continuar cobrando dos órgãos competentes ações a serem realizadas para a revitalização do rio São Francisco - Convidar a CUT para fazer parte do grupo; - Participar de todas as oficinas aprendendo e contribuindo; - Fazer diagnóstico da região na visão dos pescadores (tendo apoio financeiro)
SETOR PASTORAL SOCIAL (SPS) DIOCES DE PENEDO - AL	Podemos continuar com o nosso trabalho de articulação, com pequenas rodas de conversa nas comunidades, no que diz respeito a revitalização e seus benefícios (usando artistas da terra, teatros de rua, etc.)
ANA	Participação na elaboração, execução e acompanhamento e apoio
SEPLAN / AL	<ul style="list-style-type: none"> - Planos plurianuais de desenvolvimento (PPAs) - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - Orçamento - Incluir rubricas - Participar do DLIS - Planejamento Estratégico

SRH / SE	<ul style="list-style-type: none"> - acompanhamento da elaboração de plano; - experiências na gestão de recursos hídricos - propostas para o enriquecimento do plano; - manutenção de um fórum permanente de acompanhamento do plano; - agregação de propostas dos diversos setores do governo estadual; - articulação técnica e política local e externa para garantir o andamento do plano
UNIT (Universidade Tiradentes)	<ul style="list-style-type: none"> - Ensino, pesquisa e extensão - Avaliação e colaboração
NESA - Núcleo de pós-graduação e Estudos do Semi-Árido da UFS	<ol style="list-style-type: none"> 1) Desenvolvimento de pesquisas na área de dinâmica e avaliação ambiental e planejamento e gestão ambiental de regiões semi-áridas; 2) Disponibilização do acervo - relatórios e dissertações; 3) Disponibilização da revista Curitiba - maior divulgação 4) Disponibilização de 20 pesquisadores, doutores e especialistas em diversas áreas do item 1
CASAL	Ações de saneamento básico nas cidades de Alagoas, na Bacia do SF
CODEVASF	<ul style="list-style-type: none"> - disponibilizando seus dados sobre a bacia; - assessoria na contratação de estudos - na implementação de programas de meio ambiente (conservação e preservação ambiental) - reposição florestal - desassoreamento de lagoas marginais - zoneamento ecológico-econômico
SERHI/AL	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento (comissão) - Mobilização para as oficinas
Universidade Federal de Sergipe - UFS	<ul style="list-style-type: none"> - pesquisas e monitoramento física - biológico - florestal - agrônomo - geológico - sócio-econômico; - formulação do plano - apoio logístico / laboratórios
INSTITUO XINGÓ	<ul style="list-style-type: none"> - infra-estrutura - apoio logístico - capacitação - levantamentos
Universidade Federal de Alagoas - UFAL	<ul style="list-style-type: none"> - Monitoramentos com laboratórios e cientistas e técnicos

Ministério Público	<ul style="list-style-type: none"> - exigir a execução do plano; - fiscalização e controle; - catalisador de ações governamentais - responsabilizar os degradadores - garantir a proteção jurídica ao meio ambiente
Paulo Lima Lopes UFAL/Proágua/AL	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de projeto e pesquisa para revitalização das sub-bacias do Baixo São Francisco; - Mobilização para formalização do comitê das sub-bacias do Rio São Francisco do lado de Alagoas
Prefeitura Municipal de Penedo - AL	Fornecer dados do rio na região e do homem barranqueiro
IMA/AL	<ul style="list-style-type: none"> - fiscalização - licenciamento - reflorestamento - monitoramento e - educação ambiental
Secretaria de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento Rural de Alagoas	<ul style="list-style-type: none"> - Pessoal técnico instalado na maioria dos Municípios do Estado - Serviço de extensão e assistência técnica; - Conhecimento da agropecuária - Objetivo comum
ADEMA - SE	<ul style="list-style-type: none"> - fiscalização - licenciamento - monitoramento - reflorestamento - educação ambiental
José Roberto Fonseca IINSTITUO ECO-ENGENHO	<ul style="list-style-type: none"> - captação de recursos - execução de projetos - avaliações - diagnósticos - treinamento - capacitação
SIH / MI	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar o plano de forma integrada e participativa, envolvendo a comunidade e pesquisadores locais - Financiar
FETAG	<ul style="list-style-type: none"> - mobilização - articulação do movimento sindical e associações

AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS DA OFICINA

Cada participante, no final dos trabalhos, deixou registrada sua avaliação da oficina que estão transcritas a seguir:

- *Foi um bom (re) começo;*
- *A oficina produziu material básico para elaboração do plano. Foi muito produtiva;*
- *Excelente. Multidisciplinar, elevando o nível do debate. Forma adequada de planejar as políticas públicas;*
- *Superou as minhas expectativas;*
- *Muito boa;*
- *Ótima metodologia interativa;*
- *Foi uma boa oportunidade de interação*
- *Superou nossas expectativas;*
- *Mediador muito bom, conduziu bem os trabalhos e fez as mediações dos conflitos entre os participantes sem ferir as suscetibilidades de ninguém; Participantes: muito bons. Houve muito espaço para todos e a participação foi ampla; Oficina: o resultado foi excelente, pois conseguimos elencar diretrizes para o Termo de Referência (Mozart/Codevasf);*
- *Evento norteador e indicador de caminhos;*
- *Atendeu às minhas expectativas;*
- *O encontro foi muito proveitosos pois começou a despertar a real posição dos participantes quanto ao Rio São Francisco;*
- *Achei excelente, no entanto espero que não caia no marasmo;*
- *Boa coordenação dos trabalhos, bom desenvolvimento das etapas, bom desempenho de grupos e boa segurança nas decisões;*
- *Ótimo para congregar pesquisadores da região e fórum com os problemas;*
- *Momento muito rico e produtivo que superou minhas expectativas e representa um marco no processo da revitalização;*
- *Como primeiro passo, foi correto. Todavia, novos passos têm que ser dados. Foi bom.*
- *Condução: perfeita, com liderança, objetividade, encadeante. Expectativas: gerou forte expectativa no grupo, potencial executor, formador de opinião e ainda, aquele que validará o processo de proposição e execução do plano;*
- *Na minha visão, satisfatória;*
- *Evento de nível bom como ponto de partida. Necessita maior participação.*
- *Muito proveitosa: por quê? Objetiva; organizada; bem conduzida; permitiu a participação de todos; o uso do tempo foi seguido; o produto final foi alcançado;*
- *Considero que os trabalhos desenvolvidos atenderam as expectativas dos vários segmentos envolvidos. Não obstante, creio que alguns elementos relevantes poderiam ser introduzidos abaixo de uma estrutura mais apropriada. Por exemplo: estrutura proposta para o*

desenvolvimento do tema: Perspectiva Política; Perspectiva Técnica; Perspectiva Econômica e Perspectiva Social. Claro está que a intenção é agregar valor para a dinâmica das próximas oficinas. A despeito das sugestões apresentadas, devo parabenizar toda a equipe organizadora pelo brilhante trabalho desenvolvido. (Gilmar Mendes)

ANEXO 1 - LISTA DE PARTICIPANTES / ENDEREÇOS				
PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO	CARGO/FUNÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
Carlos Hermínio de Aguiar Oliveira	SRH-SE	Coordenador do Projeto São Francisco	saofrancisco@prodase.com.br	(79) 2147116
Eduardo Normande	SERHI-AL	Consultor PROÁGUA	normande@fapeal.br	(82) 315.2678
Paulo Lima Lopes	UFAL-SERHI	Corpo Técnico/PROÁGUA	icll@qui.ufal.br	82-3152678/9976.4557
Luiz Carlos da Silveira Fontes	UFS/Fórum	Diretoria Comitê Bacia São Francisco	lfontes@ufs.br	79-2126929
Paulo Mário Machado Araújo	CREA/Fórum UNIT	Professor/pesquisador/coordenador do Fórum SE	osa@infonet.com.br	79-223.1183
Maria Augusta Mundim Vargas	UFS/NESSA	Coordenadora do Núcleo de Pós graduação e Estudos do Semi-Árido	nesa4@ufs.br	79-212.6783
José Roberto Fonseca	Inst.Eco-Engenho AL	Diretor Presidente	jrfonseca@ecoengenho.org.br	82-338.3363/9909.9495
Arno Maschmann de Oliveira	UFAL	Professor	arno_m_o@hotmail.com	82-2352998
Antônio Domingues Benetti	IPH/UFRGS	Professor	antonio.benetti@ufrgs.br	51-33167518
Alexandre Beluco	IPH-UFRGS	Professor	albeluco@iph.ufrgs.br	51.3316.6407/99567314
Luiz Bezerra de Oliveira	CODEVASF	Tec. Desenvolvimento	luizb@codevasf.gov.br	61-312.4747/224.8732

Mozart Bezerra da Nóbrega	CODEVASF	Engenheiro Civil	mozart@codevasf.gov.br	61-312.4684
Cláudio Soares de Carvalho Sobrinho	COHIDRO	Diretor Técnico	cohidro@infonet.com.br	79-241.5467
Carlos Alberto Gomes de Novais	PERÍMETRO IRRIGADO	Secretário		79-322.1237
Marly Menezes Santos	ADEMA/SE	Coordenadora de Meio Ambiente	adema@prodase.com.br	79-249.1840
Osiris Ashton Vital Brazil	CANOA DE TOLDA	Coordenador de Projeto	ashton@vital.srv.br www.canoadetolda.org.br	79-9972.4904 79-214.1327/2271674
José Avelar Fernandes Feitosa	PM CANINDÉ	Assessor Técnico	caninde@infonet.com.br	9971-3357 346.1013
Alvaro Manoel Moura da Silva	PM PIRANHAS	Assessor		686.1113 3110.3222
Antônio Carlos S. Gois	SINDISAN/SE	Presidente	sindisan@infonet.com.br antoniocarlosgois@bol.com.br	79-214-3650
Adolfo Martin Hurtado Diaz	INCRA/FAO	Consultor	amhd@uol.com.br adolfohurtado@hotmail.com	82-99841363 61-326.9828
Larissa de Oliveira Constant Barros	SEBRAE	Coordenadora do Projeto SEBRAE-Xingó	larissa.barros@xingo.sebrae.com.br	82-9984.9105/ 686.1190
Alexander Max Figueiredo de Sá	CHESF	Gerente da divisão de Gestão dos RH	alexdesa@chesf.gov.br	81-3229.4210
Ricardo Cavalcanti Furtado	CHESF	Gerente do Depto. de Meio Ambiente	rfurtado@chesf.gov.br	81-32292212

Leslye Bombonato Ursini	SIH/MI	Consultora de Meio Ambiente	leslye.ursini@integracao.gov.br	61-226.6880
Juliana Sarti Roscoe	SIH/MI	Consultora de Meio Ambiente	juliana.roscoe@integracao.gov.br	61-226.6880
Maria de Fátima Acioly de Castro	CASAL	Assessora de Planejamento	casal@ofm.com.br	82-326-4344/ 99831618
José Luiz de Sousa	ANA	Técnico	jls@ana.gov.br	61-445.5350
Aloísio Ferreira de Sousa	SEPLAN/AL	Superintendente de regulação serviços delegados	afs@cea.al.org.br	82-3151502 99812823
Maria do Socorro Brito	DIOCESE PENEDO/AL	Coordenadora diocesana		82-530-1514 99640925
Antônio Gomes dos Santos	FEPEAL/AL	Vice-Presidente	Praça da Alegria, 69. Bairro Santo Antônio 57.200-000 Penedo - AL	93096143 82-5514463
Pedro Lúcio	FETAG/AL	Coordenador	Rua Barão de Jaraguá, 488 Maceió- AL	223.4649
Afrânio Farias de Menezes	IMA/AL	Coordenador de convênios	afraniofm@ipdal.com.br	82-221.8683
Francisco Guedes de Melo	P.M.P./AL	Secretário de Planejamento e Meio Ambiente Penedo/AL		
Ana Catarina Pires de Azevedo Lopes	SERHI/AL Proágua	Coordenadora Adjunta Proágua	acatarina@ipdal.com.br	82-3152678/99824151
Gilmar de Melo Mendes	DESO	Diretor-Presidente	gmendes@deso.se.gov.br	79-226.1002
Eduardo Lima de Matos	Ministério Público	Promotor de Justiça	elmatos@infonet.com.br	79-9978.8610 216.2580

Rodrigo Flecha Ferreira Alves	ANA	Gerente SGR	rodrigof@ana.gov.br	61-4455364
Rômulo Alves Ebrahim	Secretaria de Agricultura/AL	Diretor de Pesca	romulo@ipdal.com.br	92-315.1370 FAX 315.1371 99833016
Francisco Carlos Bezerra e Silva		Moderador	cacapitombeira@yahoo.com	85-9994.6639